

## CARTA DO VI COLÓQUIO INTERNACIONAL DE PCTS

Na chegada da primavera, entre os dias 24 e 26 de setembro de 2019, organizações populares, pesquisadores (as), membros e lideranças de povos e comunidades tradicionais e ativistas oriundos das diversas regiões do Brasil e de países da Europa, África e América Latina, estiveram reunidos no VI Colóquio Internacional de Povos e Comunidades Tradicionais, realizado em Montes Claros. Nestes dias, entre conferências, mesas, espaços de diálogos, grupos de formação, oficinas de trocas de saberes, audiência pública da Comissão de Direitos Humanos, feira de economia popular solidária, com o tema “Direitos e Bem Viver”, reafirmaram a união dos povos contra a exclusão e o seu compromisso com a diversidade da vida, com o direito à terra e às suas tradições.

Neste ano em que se comemora os 40 anos do movimento socioambientalista no Brasil, iniciado na Amazônia com Chico Mendes, foi concedido no VI Colóquio à Braulino Caetano o Título de Doutor *Honoris Causa*, pelo Conselho Universitário Superior da Universidade Estadual de Montes Claros, em reconhecimento aos saberes, a história, as tradições, a resistência e a ação política na defesa do cerrado brasileiro e dos povos e comunidades tradicionais. Geraizeiro e ambientalista que contribuiu para a organização em 2005, da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT, atualmente Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais.

Neste contexto de luta contra o retrocesso político sobre os direitos de Povos e Comunidades Tradicionais, de trabalhadores rurais e da cidade, aprofundado a partir do golpe de 2016 e acirrado com a eleição de Bolsonaro, os participantes do VI Colóquio Internacional de Povos e Comunidades Tradicionais manifestam e denunciam:

- Sua indignação contra a violação de direitos humanos e territoriais previstos na Constituição Brasileira e em acordos internacionais,
- A escalada de violência pela criminalização e assassinato de lideranças de movimento de trabalhadores e trabalhadoras rurais, povos indígenas, comunidades quilombolas e comunidades tradicionais e também, de intelectuais orgânicos e ativistas, pelos governos conservadores no Brasil e em outras partes do Mundo.

E reafirmam a defesa intransigente:

- Da Amazônia, de sua diversidade biocultural e de seus territórios indígenas, quilombolas e dos povos e das comunidades contra as ameaças e ataques do governo Bolsonaro e de seus apoiadores;
- Da valorização dos modos de vida seus sistemas de tradicionais de saberes;
- Da Natureza, dos seus rios, terras, florestas, matas e animais, de todos os Biomas do Brasil e do Mundo, constituintes das identidades e dos territórios dos Povos e Comunidades Tradicionais, os guardiões da vida biológica e contribuintes dos equilíbrios ecológicos necessários para diminuir os efeitos das Mudanças Climáticas e das possíveis catástrofes ambientais que poderão ocorrer a partir destas;
- Do direito a consulta livre prévia e informada em todos os territórios que estão ameaçados por empreendimentos de diferentes aspectos e em especial os minerários, do agronegócio e por Unidades de Conservação; assim como, do direito a participação efetiva dos representantes dos Povos e Comunidades Tradicionais de cada localidade/território ameaçado nos processos de licenciamento destes empreendimentos;
- Da promoção da justiça ambiental no Brasil e no Mundo, com o verdadeiro reconhecimento e punição dos promotores dos crimes ambientais e tecnológicos cometidos por Mineradoras e pelo agroempreendimentos no Brasil (invasão de territórios tradicionais, incêndios criminosos e contaminação por agrotóxicos);
- Da luta pela Educação do Campo como modelo prioritário de Educação para Povos e Comunidades Tradicionais atendendo as especificidades socioculturais de cada grupo, como educação indígena, quilombola, e para os Povos e Comunidades Tradicionais;
- Do direito a saúde e a educação superior para Povos e Comunidades Tradicionais e a defesa do SUS e da Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade.
- Dos direitos de auto-organização e contra qualquer forma de criminalização dos movimentos sociais, de Povos e Comunidades Tradicionais, das Organizações Não Governamentais e demais entidades apoiadoras na defesa dos direitos dos trabalhadores e povos e comunidades do campo, da floresta, da água e da cidade;
- Da importância e da necessária e constante valorização dos Povos e Comunidades Tradicionais, dos seus Saberes e Práticas como Patrimônio da Humanidade, apresentando como símbolo desta defesa a indicação da nossa liderança brasileira indígena do Povo Kayapó, cacique Raoni como candidato ao Prêmio Nobel da Paz.

Montes Claros, 26 de setembro de 2019.